

# Mortalidade por cancro está a crescer nos Açores em contraciclo com o país

Hoje assinala-se o Dia Mundial do Cancro, numa altura em que os Açores lideram as taxas de mortalidade da doença, a crescerem desde há cerca de cinco anos.

As previsões para os próximos anos não são boas, uma vez que a incidência de cancro em Portugal deve aumentar 20% até 2040, com o país a apresentar as taxas mais elevadas de doença oncológica em crianças na União Europeia, segundo alerta um estudo ontem divulgado.

A ser assim no país, na Região deverá ser pior, atendendo ao nosso histórico.

Os dados constam do perfil do cancro em Portugal apresentado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e pela Comissão Europeia (CE) e que refere que a doença oncológica é a segunda principal causa de morte no país, com a taxa de mortalidade a diminuir a um ritmo mais lento do que a média da União.

As estimativas apresentadas no estudo apontam para um aumento dos novos casos de cancro em todos os países da União Europeia (UE) entre 2022 e 2040, mas com Portugal a registar um crescimento mais significativo.

Em Portugal, prevê-se que os novos casos de cancro aumentem 12% até 2030 e 20% até 2040, acima das médias da UE de 9% até 2030 e de 18% até 2040.

A OCDE e a CE referem ainda que, em 2022, terão sido diagnosticados cancos a 245 crianças e adolescentes até aos 15 anos, o que representa a taxa de incidência mais elevada entre os países da UE e da Islândia de Noruega, ficando acima da média da UE de 14 casos por 100.000 crianças.

A semelhança do que acontece na



*Temos as taxas brutas e padronizadas mais elevadas do país*

UE, em Portugal a taxa de incidência dos rapazes é ligeiramente superior à das raparigas e ambas essas taxas são aproximadamente 30% superiores à média da UE.

## Mais de mil novos casos por ano nos Açores

A doença oncológica representou 27% dos óbitos nos Açores entre 2017 e 2022, estimando-se que existam mais de 1.000 novos casos de cancro na região por ano, revela o Tribunal de Contas (TdC) num estudo divulgado há poucos dias.

“Entre 2017 e 2022, a doença oncológica constituiu uma das principais causas de morte nos Açores (27% dos 14.329 óbitos registados naquele período), apenas superada pelas doenças do aparelho circulatório (29,3% daqueles óbitos)”, lê-se na auditoria do TdC à Estratégia Regional de Prevenção e Combate às Doenças Oncológicas dos Açores.

O tribunal alerta que os dados relativos à incidência de cancro no arquipélago estão desatualizados, sendo “expectável que o número de novos

diagnósticos ultrapasse os 1.000 casos por ano”, apesar de estarem registados na “plataforma do Registo Oncológico Nacional apenas cerca de 500 casos anuais”.

“No que diz respeito à mortalidade por cancro, os Açores registaram as taxas (brutas e padronizadas) mais elevadas do país, apesar de apresentarem um perfil populacional mais jovem”, sublinham os juízes.

De acordo com a auditoria, o Centro de Oncologia dos Açores despendeu entre 2021 e 2023 cerca de 3,3 milhões de euros com a realização de “rastreios oportunistas” e a implementação dos programas de rastreio dos cancos da mama, colo do útero, cólon e reto e da cavidade oral.

De 2017 a 2023 foram realizados 246.229 rastreios ao abrigo daqueles quatro programas (dos quais 115.665 entre 2021 a 2023), que foram responsáveis pela deteção de 75,6% dos novos casos identificados na região (510).

O TdC alerta que “não existem evidências” acerca da monitorização do Centro de Oncologia dos Açores (COA) aos tempos máximos de resposta garantida e recomenda a inclusão daquela

informação nos relatórios dos programas de rastreio.

“Não existem evidências formais comprovativas da monitorização exercida pelo COA relativamente aos Tempos Máximos de Resposta Garantida (TMRG) estabelecidos para as diversas etapas dos quatro programas de rastreio, em particular a primeira consulta, informação crucial para se aferir a eficácia das políticas públicas”, realçam.

O tribunal destaca a importância de concluir o estudo adjudicado pelo Governo Regional em 2018 sobre os “fatores de risco específicos para o cancro nos Açores”, que poderá ser um “relevante contributo” para o combate ao cancro na região.

“O estudo ainda não foi concluído, continuando a invocar-se como fundamento para o atraso a pandemia de Covid-19, quando o contrato foi celebrado pelo prazo de três meses, renovável. Contudo, de acordo com a informação prestada, estão a ser realizadas diligências junto do cocontratante, no sentido da conclusão do trabalho de campo”, é apontado na auditoria.

Em dezembro de 2018 foi assinado um protocolo entre a Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (FMUC), a Direção Regional de Saúde e a Universidade dos Açores tendo em vista a realização de um estudo sobre o cancro no arquipélago.

Segundo o Registo Oncológico Nacional, divulgado em dezembro de 2024, o cancro foi a segunda causa de morte em Portugal em 2021, com registo de 27.577 óbitos, o que representa cerca de 22% do total das mortes naquele ano. Em 2021 foram diagnosticados 60.717 novos casos de doença oncológica em todo o território nacional.

# HDES volta a prestar todos os cuidados de saúde

A partir de amanhã, o Hospital de Ponta Delgada volta a prestar todos os cuidados de saúde, com a entrada em funcionamento do hospital modular, disse a secretária regional da Saúde dos Açores.

Segundo Mónica Seidi, o hospital modular construído na sequência do incêndio no Hospital do Divino Espírito Santo (HDES) vai permitir, a partir de quarta-feira, que os cuidados de saúde sejam prestados dentro do perímetro daquela unidade de saúde.

“Temos aqui uma estrutura que, no futuro, garantirá, e a partir da próxima quarta-feira, que os cuidados de saúde sejam prestados dentro do perímetro do HDES, que o hospital saia da CUF Açores e que volte aqui ao perímetro do HDES, trazendo também as valências que ainda estão a funcionar no hospital CUF Açores”, afirmou hoje a governante no final de uma visita ao hospital modular com a presença do presidente do Governo Re-

gional, José Manuel Bolieiro, e da ministra da Saúde, Ana Paula Martins.

No seu discurso, Mónica Seidi lembrou que, praticamente, ao fim de nove meses após a catástrofe que atingiu o HDES, existe “uma resposta instalada, já para dar continuidade aos cuidados de saúde que são prestados” à população.

“É uma estrutura ponderada, planeada, robusta e que, efetivamente, conseguirá fazer a diferença naquilo que é a prestação de cuidados de saúde”, afirmou.

Referiu que o hospital modular possui soluções inovadoras do ponto de vista tecnológico, que servirão os utentes e darão “uma motivação extra aos profissionais de saúde”.

“E isso é, efetivamente, uma preocupação do Governo Regional. De continuarmos a motivar, de continuarmos a conseguir captar profissionais de saúde para esta região e, se não acompanharmos a diferenciação tecnológica, o nosso

trabalho será ainda mais difícil”.

Mónica Seidi garantiu que as soluções encontradas no mercado garantem “uma resposta diferenciadora”, mas, com a evolução e com o futuro, o objetivo é “transportar estas experiências e este ‘know-how’ para aquilo que será o novo HDES”.

A secretária regional da Saúde dos Açores também referiu que a estratégia delineada pelo Conselho de Administração do HDES, pela direção técnica, pela direção de enfermagem e com a Comissão de Catástrofe, foi “no sentido de devolver rapidamente a melhor resposta” em termos de cuidados de saúde na Região.

Destacou ainda a colaboração do Governo da República, que esteve ao lado do executivo regional de coligação desde “o primeiro momento”, com “uma colaboração que vai além do financiamento, mas também do ponto de vista técnico, com equipas de engenharia com, eventualmente, disponibilização de equipas mé-

dicas que poderão vir ajudar a recuperar as listas de espera cirúrgicas”.

Por sua vez, a ministra da Saúde, presente nesta visita, considerou que o hospital modular é “do mais moderno” que existe a nível europeu e mundial, e do mais sofisticado em Portugal.

“Quem conhece a área complexa da realidade hospitalar, e até da sua integração com os cuidados de proximidade em pleno século 21, sabe, e não pode deixar de assumir que aquilo que hoje aqui vimos (...) é, de facto, em termos tecnológicos, do mais diferenciado e sofisticado que nós temos em Portugal”, disse Ana Paula Martins.

Apontou que a tecnologia instalada no hospital modular “já é a tecnologia do futuro e vai integrar, de certeza absoluta, (...) aquilo que vai ser o projeto agora futuro, com programa funcional [do HDES], que estará em análise”. Recordou-se que já foram investidos mais de 30 milhões de euros no hospital modular.